

## CENTRAL DE COMPRAS - SEGES - ME

## Estudo Técnico Preliminar 25/2025

**1. Informações Básicas**

Número do processo: 19975.017487/2025-37

**2. Descrição da necessidade**

2.1 Credenciamento de instituições bancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vistas à prestação de serviços de pagamento dos valores líquidos referentes à folha salarial e demais indenizações devidas às pessoas servidoras ativas, inativas, pensionistas, estagiárias e anistiadas políticas civis dos órgãos e entidades vinculados ao Poder Executivo Federal, bem como a execução de pagamentos decorrentes de descontos salariais, realizados diretamente a terceiros — pessoas físicas, jurídicas ou mediante depósitos judiciais —, conforme o caso, com os pagamentos a serem efetuados em território nacional, por meio de crédito em conta bancária de titularidade da pessoa beneficiária.

**2.2 Contextualização**

2.2.1 Desde 2015, o credenciamento de instituições bancárias para a gestão dos pagamentos de pessoal da Administração Pública Federal vem sendo conduzido pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), com apoio da Central de Compras da Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES).

2.2.2 Naquele ano, foi realizado o Credenciamento nº 1/2015, cujo objetivo foi selecionar instituições financeiras para efetuar os créditos dos valores líquidos da folha de pagamento, mediante contrapartida financeira à Administração Pública. A vigência inicial foi de 12 meses, prorrogável até o limite de 60 meses, conforme o §4º do art. 57 da então vigente Lei nº 8.666/1993. A contrapartida mensal paga à União foi de 1,03% sobre os valores creditados.

2.2.3 Com o término do prazo legal de 60 meses, foi instaurado novo procedimento, resultando no Credenciamento nº 3/2021, com objeto semelhante e mantendo o percentual da contrapartida financeira em 1,03%. O credenciamento contemplou servidores(as) ativos(as), inativos(as), pensionistas, estagiários(as) e anistiados(as) políticos(as) civis do Poder Executivo Federal (administração direta, autárquica e fundacional), com pagamentos a serem realizados em território nacional.

2.2.4 Durante a fase de definição do modelo estratégico de contratação, identificou-se como risco o possível desinteresse das instituições financeiras, o que poderia acarretar a deserção do certame. Assim, buscou-se um modelo mais assertivo, que mitigasse tais riscos e proporcionasse retorno financeiro à Administração Pública, mediante a exploração de um ativo especial intangível.

2.2.5 O objetivo foi ampliar o número de instituições bancárias interessadas, garantindo a observância aos princípios constitucionais da Administração Pública, conforme o art. 37 da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

2.2.6 Como resultado, obteve-se uma contrapartida financeira vantajosa, com a contratação de 13 instituições bancárias. Atualmente, permanecem credenciadas 10 instituições, conforme tabela a seguir:

Nº do contrato	Credenciado	Valor de reembolso à União	Início da vigência	Vigência Atual

1 0 /2021	COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CRED-UFES. CNPJ sob o nº 27.302.181/0001-67	1,03% (um vírgula zero três por cento) sobre o valor líquido de cada remuneração creditada	15/10/2021	15/10/2026
1 2 /2021	BANCO DO BRASIL S.A. - CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91	1,03% (um vírgula zero três por cento) sobre o valor líquido de cada remuneração creditada	27/10/2021	27/10/2026
1 3 /2021	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04	1,03% (um vírgula zero três por cento) sobre o valor líquido de cada remuneração creditada	28/10/2021	28/10/2026
1 4 /2021	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL - CNPJ sob o nº 92.702.067/0001-96	1,03% (um vírgula zero três por cento) sobre o valor líquido de cada remuneração creditada	20/10/2021	20/10/2026
1 5 /2021	BANCO BRADESCO S.A. - CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12	1,03% (um vírgula zero três por cento) sobre o valor líquido de cada remuneração creditada	04/11/2021	04/11/2026
1 6 /2021	BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A. - CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04	1,03% (um vírgula zero três por cento) sobre o valor líquido de cada remuneração creditada	11/11/2021	11/11/2026
1 7 /2021	BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A PORTO ALEGRE - CNPJ sob o nº 01.181.521/0001-55	1,03% (um vírgula zero três por cento) sobre o valor líquido de cada remuneração creditada	15/10/2021	15/10/2026
1 8 /2021	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A - BANESE. CNPJ sob o nº 13.009.717/0001-46	1,03% (um vírgula zero três por cento) sobre o valor líquido de cada remuneração creditada	05/11/2021	05/11/2026
1 9 /2021	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42	1,03% (um vírgula zero três por cento) sobre o valor líquido de cada remuneração creditada	19/10/2021	19/10/2026

2.1 /2021	BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB. - CNPJ sob o nº 02.038.232/0001-64	1,03% (um vírgula zero três por cento) sobre o valor líquido de cada remuneração creditada	08/12/2021	08/12/2026
--------------	--	---	------------	------------

2.2.7 A Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES), por meio da Central de Compras, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) e a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), realizou diagnóstico sobre o modelo de outorga da folha, com o objetivo de avaliar o interesse das instituições financeiras diante das exigências de contrapartida financeira.

2.2.8 Foram analisados editais de credenciamento e pregões realizados após 2015, com destaque para os anos de 2018 e 2019. O estudo se mostrou necessário diante do impacto da Resolução BACEN nº 4.639/2018, que alterou a Resolução CMN nº 3.402/2006, ao facilitar a portabilidade de conta-salário. A medida passou a permitir que a solicitação de portabilidade fosse feita diretamente na instituição de destino, obrigando a instituição de origem a acatar o pedido em até cinco dias úteis, inclusive no caso de contas digitais. Essa flexibilização reduziu a atratividade do credenciamento para os bancos.

2.2.9 As análises evidenciaram queda no interesse das instituições financeiras em aderir aos editais com contrapartida remuneratória, em razão do aumento da portabilidade e consequente perda de carteira de clientes. Ainda assim, a folha de pagamento do Poder Executivo Federal, processada pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), mantém-se altamente atrativa, em virtude do salário médio dos servidores, mesmo após descontos legais, e do número expressivo de CPFs com estabilidade funcional e remuneratória.

### 2.3 Justificativa da Necessidade

2.3.1 Com base nos estudos técnicos elaborados pela SEGES, STN e SGP, os procedimentos anteriores comprovaram a necessidade de contratar instituições financeiras para a prestação dos serviços de pagamento da folha salarial e outras indenizações, por se tratar de um ativo especial intangível. Constatou-se a vantajosidade do modelo de credenciamento pelos seguintes motivos:

a) Pela impossibilidade de o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) realizar diretamente o pagamento de salários e demais indenizações sem expressivo incremento de despesa;

b) Pelas vantagens decorrentes da transferência da execução desses pagamentos a instituições financeiras especializadas, destacando-se:

1. a economia obtida pela dispensa de manutenção de estrutura própria para a realização direta dos pagamentos;
2. a maior segurança conferida tanto aos valores quanto às pessoas envolvidas;
3. a racionalização do uso da força de trabalho, liberando servidores para o desempenho de atividades finalísticas do MGI; e
4. a concentração dos serviços em instituições que, além de possuírem expertise na área, oferecem aos correntistas outros serviços correlatos;

c) Pela ampla capilaridade da rede de atendimento das instituições bancárias credenciadas;

d) Pela possibilidade de exploração econômico-financeira da gestão da folha de pagamento de salários e outras indenizações, considerada ativo especial intangível, conforme o disposto nos Acórdãos TCU nº 3.042/2008 e nº 1.940/2015, ambos do Plenário.

2.3.2 Em momento posterior, a Portaria SEGES/MGI nº 1.769/2023 determinou o encerramento, até 31 de dezembro de 2024, dos credenciamentos firmados sob a égide da Lei nº 8.666/1993. Em decorrência dessa determinação, o

Credenciamento nº 03/2021, conduzido pela SGP e pela Central de Compras da SEGES, teve sua vigência encerrada em 31/12/2024. Com isso, não há mais possibilidade de habilitação de novas instituições bancárias, ainda que atendam aos requisitos previstos do Projeto Básico.

2.3.3 Ademais, os contratos supracitados atingirão o prazo máximo de vigência de 60 (sessenta) meses em outubro de 2026, não sendo possível a sua prorrogação. Diante desse cenário, torna-se imprescindível a instauração de novo procedimento, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, para a contratação de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços e evitar prejuízos à Administração Pública e às pessoas beneficiárias dos pagamentos.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Soluções Digitais (DESIN/SGP/MGI)	Antonio Fiuza de Sousa Landim

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Para o perfeito entendimento deste estudo técnico preliminar e dos demais anexos, são adotadas as seguintes definições:

- **ACP** - Agência Centralizadora de Pagamento: unidade bancária ou administrativa indicada pela IBC para fins de:
  1. recebimento dos arquivos e dos retornos das inconsistências bancárias e demandas administrativas relativas ao pagamento de pessoal; e
  2. relacionamento com a(s) UPAG CENTRALIZADORA, inclusive para solução de problemas e para prestação de esclarecimentos.
  3. A IBC poderá optar por indicar unidades distintas para os fins ora especificados.
- **AGENTE TÉCNICO DE LIGAÇÃO**: pessoa indicada como preposto pela Instituição Bancária Credenciada - IBC para que seja o responsável pelo recebimento dos arquivos relativos às remunerações a serem creditadas e os retornos das inconsistências bancárias relativas ao crédito de remunerações de que trata este estudo;
- **APF**: Administração Pública Federal;
- **API**: Application Programming Interface, ou Interface de Programação de Aplicativos. É um conjunto de regras e protocolos que permite que diferentes softwares se comuniquem, troquem dados e utilizem funcionalidades uns dos outros.
- **BACEN**: Banco Central do Brasil;
- **CADIN**: Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do setor público federal;
- **CONTA SALÁRIO**: conta aberta por iniciativa e solicitação do empregador para efetuar o pagamento de salários aos seus empregados. Não é uma conta de depósitos à vista, pois somente pode receber depósitos do empregador, não sendo admitidos depósitos de quaisquer outras fontes. Pode ser utilizada também para o pagamento de proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.
- **CONTA CORRENTE**: conta de depósito à vista regulada pelo Conselho Monetário Nacional/BACEN, conforme Resolução BACEN 4.753/2019;
- **CONTRAPARTIDA FINANCEIRA MENSAL**: Remuneração que a IBC pagará à União, mensalmente, correspondente ao percentual incidente sobre o valor informado pelo MGI para crédito em conta das Pessoas e Terceiros Beneficiários;

- **GRU:** Guia de Recolhimento da União;
- **IBC:** Instituição Bancária Credenciada;
- **INSTITUIÇÃO BANCÁRIA:** a instituição financeira autorizada a captar recursos junto ao público sob a forma de depósito à vista;
- **MATRIZ BANCÁRIA:** identificação da instituição bancária pelo Código do Banco Central;
- **MEIOS ELETRÔNICOS:** formas de atendimento eletrônico automatizado sem intervenção humana, tais como os terminais de autoatendimento, a Internet e o atendimento telefônico automatizado;
- **MÊS DE REFERÊNCIA:** mês de contabilização da folha de pagamento de salários. É o mês imediatamente anterior ao mês de efetivo pagamento da remuneração;
- **MGI:** Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- **OB:** Ordem Bancária;
- **ORGÃO CENTRAL DO SIPEC:** é composto pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e pela Secretaria de Relações de Trabalho (SRT) do MGI, responsáveis pelo estudo, formulação de diretrizes, orientação normativa, coordenação, supervisão, controle e fiscalização específica de assuntos concernentes à Administração Federal.
- **PESSOA BENEFICIÁRIA:** toda pessoa servidora ativa, inativa, pensionista, estagiária ou anistiada política civil dos órgãos e entidades vinculados ao Poder Executivo Federal;
- **PROVA DE VIDA:** serviço de atualização cadastral, prestado anualmente, para fins de comprovação de vida, no mês de aniversário da pessoa aposentada, pensionista e anistiada político civil;
- **REMUNERAÇÃO:** compreende todo o crédito realizado na conta salário, tais como os subsídios, vencimentos, proventos, reparação econômica ou pensão, outros benefícios, indenizações e similares de natureza pecuniária;
- **SERPRO:** Serviço Federal de Processamento de Dados;
- **SERVIÇOS ESSENCIAIS:** serviços prestados a pessoas naturais, assim considerados aqueles relacionados a contas de depósitos, transferências de recursos, operações de crédito e de arrendamento mercantil, cartão de crédito básico e cadastro;
- **SIAFI:** Sistema de Integrado de Administração Financeira;
- **SIAPE:** Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos;
- **SICAF:** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, que constitui o registro cadastral do poder executivo federal.
- **SIPEC:** Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, composto por todas as unidades organizacionais, de qualquer grau, incumbidas especificamente das atividades de administração de pessoal da Administração Direta e das Autarquias.
- **TERCEIRO BENEFICIÁRIO:** pessoas físicas ou jurídicas beneficiárias de valores decorrentes de descontos salariais ou determinações judiciais, conforme o caso;
- **UB:** unidade bancária vinculada a uma IBC, que pode ser uma agência, posto ou correspondente bancário;
- **UPAG CENTRALIZADORA:** Unidade de Pagamento Centralizadora - qualquer unidade da Administração Pública federal (responsável pelo pagamento das remunerações, pela inclusão de informações sobre os eventos que constituem a folha de pagamento de cada pessoa servidora e pela emissão de OB, autorizando

cada IBC a realizar o crédito na conta de cada PESSOA BENEFICIÁRIA) que opera a execução financeira da folha de pagamento;

- **UG:** Unidade Gestora do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI - qualquer unidade da APF responsável pela solicitação de recursos financeiros à Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento das remunerações das PESSOAS BENEFICIÁRIAS;
- **UPAG:** Unidade de Pagamento - qualquer unidade da APF responsável pela correção dos dados cadastrais e financeiros das pessoas servidoras, aposentadas e pensionistas no SIAPE.

4.2 O credenciamento adota o modelo previsto no art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a prestação do serviço de pagamento da folha de pessoal pressupõe a escolha da instituição pelo próprio servidor, terceiro diretamente beneficiário do serviço, dentre aquelas previamente credenciadas pela Administração. Nesse contexto, o credenciamento mostra-se o instrumento adequado para assegurar ampla oferta, liberdade de escolha, isonomia entre os interessados e continuidade do serviço, sem definição prévia de exclusividade ou competição por preço.

4.3 A prestação dos serviços compreende o pagamento dos valores líquidos referentes à folha salarial e demais indenizações devidas às pessoas servidoras ativas, inativas, pensionistas, estagiárias e anistiadas políticas civis dos órgãos e entidades vinculados ao Poder Executivo Federal.

4.4 Inclui-se, ainda, a execução de pagamentos decorrentes de descontos salariais, realizados diretamente a terceiros, pessoas físicas, jurídicas, mediante crédito em conta ou depósitos judiciais, conforme o caso.

4.5 Só poderão ser credenciadas instituições bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em razão da natureza do objeto, que envolve o pagamento recorrente da folha de pessoal com abertura e manutenção de contas-salário. Instituições bancárias estão submetidas a rigorosos critérios de autorização e supervisão pelo Banco Central, inclusive quanto ao atendimento de exigências de capital mínimo e de patrimônio compatível com o porte e o risco das operações, o que constitui mecanismo essencial de garantia de liquidez e de solidez financeira. Desse modo, a exigência de execução por instituição bancária revela-se diretamente relacionada ao objeto e necessária para assegurar a adequada prestação do serviço, com segurança e continuidade operacional.

4.6. Em razão da criticidade e da complexidade tecnológica e operacional dos serviços, que envolvem a execução de mais de 1.000.000 (um milhão) de pagamentos a servidores ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo federal, as instituições deverão comprovar qualificação técnico-operacional por meio de atestados ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por conselho profissional competente, quando couber, que demonstrem aptidão para a prestação de serviços similares, compatíveis com o objeto contratual.

4.7 A contratação caracteriza-se inequivocamente como serviço de natureza continuada, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Nos termos do art. 6º, inciso LV, da Lei nº 14.133/2021, consideram-se serviços contínuos aqueles “cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades essenciais da Administração” ou, ainda, que “devam perdurar por mais de um exercício financeiro”. A operacionalização da folha de pagamento enquadra-se plenamente nessa definição por diversas razões.

4.8 Trata-se de atividade essencial e permanente da Administração Pública, imprescindível ao cumprimento das obrigações constitucionais e legais relativas à remuneração das pessoas servidoras ativas, aposentadas e pensionistas. Qualquer interrupção na execução dessa atividade acarretaria prejuízos diretos aos agentes públicos, risco de judicialização, paralisação de serviços públicos e danos à continuidade administrativa.

4.9 A prática administrativa consolidada ao longo de décadas demonstra que a execução da folha de pagamento demanda suporte tecnológico, financeiro e operacional contínuo, incluindo integrações sistêmicas, atendimento a normativos do Banco Central do Brasil, conformidade com regras de segurança da informação e acompanhamento de indicadores de desempenho.

4.10 A contratação bancária para esse fim também perdura por mais de um exercício financeiro, uma vez que as obrigações demandam estabilidade, previsibilidade e manutenção operacional prolongada, atendendo ao critério legal de continuidade previsto no art. 6º, LV.

4.11 Ademais, a interrupção dos serviços bancários relacionados à folha de pagamento geraria alto risco à continuidade do serviço público, enquadrando-se igualmente no critério legal que prevê natureza continuada sempre que a paralisação do serviço puder comprometer a regularidade de atividades essenciais do Poder Público.

4.12 A vigência inicial do contrato será de **2 (dois) anos**, prorrogável até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 107 e 110, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando os princípios da economicidade e da eficiência administrativa, bem como a possibilidade de manifestação de interesse, por parte da instituição bancária contratada, na renovação contratual, mediante prévia avaliação da vantajosidade e da conveniência pela Administração.

4.13 Considerando a natureza do objeto e as vantagens inerentes à prestação dos serviços, o contrato caracteriza-se como contrato de receita, uma vez que a instituição bancária credenciada (IBC) remunerará a União pelo direito de operacionalizar a folha de pagamento. Assim, pelo direito de prestar os serviços objeto deste Credenciamento, durante toda a vigência contratual, incluindo eventuais prorrogações, a IBC pagará à União, CONTRAPARTIDA FINANCEIRA MENSAL, correspondente ao percentual incidente sobre o valor informado pelo MGI para crédito em conta das Pessoas e Terceiros Beneficiários.

4.14 É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto deste contrato, em razão de sua natureza essencial, da sensibilidade das informações envolvidas e da necessidade de preservação da segurança, da confiabilidade e da responsabilidade direta da instituição financeira contratada, a qual foi credenciada com base em suas condições próprias de capacidade técnica, operacional, econômico-financeira e de conformidade regulatória, devendo executar integralmente os serviços contratados com meios próprios.

4.15 É vedada a participação de consórcios neste credenciamento, como decisão estratégica alinhada ao objetivo primordial de promover a competição isonômica. A estrutura consorcial, embora legítima em outros contextos, poderia gerar assimetria indesejada, ao permitir que empresas se associassem para concentrar o fornecimento e ampliar sua capacidade de domínio das oportunidades, em afronta ao propósito de pulverização das contratações.

4.16 Na execução dos serviços não continuados tratados neste estudo, com base na legislação vigente e no Guia de Sustentabilidade AGU - 8ª Edição, os profissionais contratados deverão adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada; Utilizar os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- Realizar a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis descartados e a sua destinação prioritária às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936/2022;
- Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.

4.17 Considerando a necessidade permanente da contratação de instituição financeira, a economicidade processual, a inexistência de despesas para a Administração (não haverá pagamento de contrapartida financeira para a contratada) e, em decorrência, de preocupação com a manutenção da vantajosidade econômica da contratação, e estando reconhecida a possibilidade jurídica, o edital terá vigência por tempo indeterminado.

## 5. Levantamento de Mercado

### 5.1 MODALIDADES DE CONCESSÃO DA FOLHA: PREGÃO, CONTRATAÇÃO DIRETA E CREDENCIAMENTO

5.1.1 A outorga da prestação de serviços bancários para pagamento de valores líquidos relativos à folha de pagamento das pessoas servidoras públicas pode ser feita por diferentes modalidades licitatórias, dentre as quais destacam-se: i) pregão; ii) contratação direta; e iii) credenciamento de múltiplas instituições financeiras.

5.1.2 Pregão: Uma das modalidades que pode ser escolhida para definir quem será/ão a(s) instituição(ões) financeira(s) que oferecerá(ão) os serviços bancários aos servidores públicos federais é o pregão, em que as partes interessadas podem fazer lances.

5.1.3 O Acórdão 3.042/2008-TCU-Plenário, subitem 9.1.2., admitiu a adoção de critério de julgamento de propostas não previsto na legislação do Pregão – tipo maior valor ofertado – para a contratação da exploração da folha de pagamentos, considerada também ativo especial intangível.

5.1.4 Esta modalidade também demanda que o poder público defina qual é o conjunto de servidores e beneficiários do Poder Público Federal que seriam alvo do pregão. Este poderia incluir a totalidade dos servidores ou estes poderiam ser subdivididos em blocos. Considerando que os servidores públicos federais que compõem a folha de pagamento que será negociada estão espalhados por todo o país, há ainda a potencial ressalva de que apenas os bancos grandes com alcance nacional se interessariam em fazer lances para a totalidade da folha.

5.1.5 Bancos de atuação mais local, por sua vez, não teriam interesse em fazer lances pois não teriam capacidade operacional de atender toda a população. Além disso, o potencial comprador pode alegar que o risco de portabilidade bancária por parte dos servidores pode ser expressivo, ainda mais em um ambiente de maior competição bancária e com tecnologias que facilitam a abertura e a movimentação de contas entre diferentes instituições.

5.1.6 Deve se destacar, entretanto, o ponto positivo de que a negociação com um único banco facilita a gestão operacional deste contrato dentro do Ministério, pois uma vez definido o valor do pagamento pelo direito de ser o agente financeiro para pagamento de salários e benefícios, não haverá necessidade de controles adicionais exceto o possível parcelamento do valor total a ser pago.

5.1.7 Contratação direta: Outra forma de negociar a folha de pagamentos de servidores públicos federais é diretamente com a instituição financeira que oferecerá os serviços bancários, com a definição de um preço que seja justo para o poder público e que permita um nível de serviços adequado aos servidores.

5.1.8 Conforme a consulta ao TCU 033.466/2013-0, no âmbito da lei anteriormente vigente, a Administração Pública Federal não está obrigada a promover prévio procedimento licitatório destinado a realizar a contratação de instituição financeira oficial para, em caráter exclusivo, prestar serviços de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, podendo optar por efetuar a contratação direta com fundamento no artigo 37, inciso XXI (primeira parte), da Constituição Federal, c/c o artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666 /1993, desde que devidamente demonstrada a sua vantagem em relação à adoção do procedimento licitatório.

5.1.9 Tomando como analogia, a Administração Pública Federal pode realizar contratação direta de instituição financeira oficial para a prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares, com base na Lei nº 14.133/2021, art. 75, inc. IX.

5.1.10 Entretanto, da mesma forma que no pregão, a negociação de um contrato com exclusividade impactará em uma estimativa de perda de clientes da carteira do banco, que pode variar muito de uma instituição para outra. Como no caso do pregão, os potenciais compradores podem avaliar o principal ativo por valores muito divergentes por assumirem premissas distintas que terão um efeito muito grande sobre o valor percebido no ativo em questão.

5.1.11 Outro ponto importante é que a atratividade pode ser limitada a apenas os bancos públicos e grandes, com presença no país todo. Isto excluiria os bancos regionais de participarem da operação. Contudo, da mesma forma que o pregão, a negociação com apenas uma contraparte facilita a gestão operacional deste contrato dentro do Ministério exceto o possível parcelamento do valor total a ser pago.

5.1.12 Credenciamento: Outra forma de negociar a folha de pagamentos de servidores públicos federais é possibilitar que diversas instituições financeiras participem de um processo de credenciamento, de maneira que os servidores possam escolher em qual banco desejam receber os seus vencimentos. Desta maneira, cada instituição credenciada paga mensalmente ao poder concedente após o encerramento da folha, remunerando apenas pelo valor creditado em seu banco.

5.1.13 destaca-se que o credenciamento está previsto na Lei nº 14.133/2021 como uma das espécies de procedimentos auxiliares das licitações. Tais procedimentos funcionam como instrumentos de apoio ao processo licitatório, configurando-se como ferramentas colocadas à disposição da Administração Pública para reduzir a complexidade, aumentar a celeridade e promover maior eficiência em determinadas contratações.



5.1.14 Sob a égide da antiga Lei nº 8.666/1993, o credenciamento já era amplamente utilizado em situações em que não se mostrava viável selecionar apenas um fornecedor para atender ao interesse público. Nessas hipóteses, a satisfação da demanda administrativa exigia a formação de um cadastro ou banco de fornecedores, composto por todos os interessados que atendessem aos requisitos previamente estabelecidos em regulamento. Esses fornecedores eram, então, convocados conforme critérios objetivos de distribuição, à medida que surgia a necessidade de contratação.

5.1.15 A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) manteve a mesma lógica, dispondo em seu art. 6º, inciso XLIII, a seguinte definição:

Processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

5.1.16 Assim, tanto sob o regime anterior quanto sob o atual, o credenciamento preserva sua função central de viabilizar a contratação de todos os particulares aptos a prestar determinado serviço ou fornecer determinado bem, simplificando os procedimentos administrativos e promovendo maior eficiência na gestão pública.

5.1.17 Essa possibilidade foi reconhecida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão nº 1.191/2018 – Plenário, ao considerar discricionária a escolha entre licitação e credenciamento para a contratação de instituições financeiras responsáveis pelo pagamento de salários de servidores públicos. No mesmo Acórdão, determinou-se que o então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão adotasse medidas para assegurar a vantajosidade das contratações decorrentes dos Credenciamentos nº 01/2015 e nº 01/2019, com monitoramento periódico dos parâmetros utilizados na remuneração. Dispôs o referido Acórdão:

#### EXAME TÉCNICO

(...)

14. Com relação à possibilidade de credenciamento, o Relator avaliou que a opção seria viável, estando a critério da Administração, conforme o excerto a seguir:

Houvesse a Administração de realizar o pagamento de remuneração do funcionalismo público de forma pulverizada, por meio de diversas instituições financeiras, estaríamos diante de uma situação de inviabilidade de competição, em que se poderia contratar uma pluralidade de prestadores de serviço. Para essa situação, o prévio credenciamento das instituições financeiras públicas ou privadas seria a medida adequada, porquanto quaisquer das entidades que atendam aos requisitos de habilitação, definidos em Edital, poderiam prestar os serviços de pagamento de pessoal.

A escolha entre a contratação de uma única instituição financeira, para a prestação, em caráter exclusivo, do serviço de pagamento de remuneração do funcionalismo público, ou a contratação, de forma pulverizada e simultânea, de diversas instituições financeiras, mediante o prévio credenciamento, integra – segundo entendo - o juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública, a qual motivará, em cada opção, os benefícios e as desvantagens para o interesse público, não cabendo a este Tribunal interferir no âmbito dessa discricionariedade.

(...)

#### VOTO:

12. Nada obstante isso, a possibilidade de adoção do credenciamento não passou despercebida pela unidade técnica que atuou naqueles autos, senão vejamos:

' (...)

Portanto, a concessão da exclusividade da exploração do potencial econômico dos serviços de pagamento de remuneração e similares de um órgão público, mesmo que por instituição financeira oficial, deve ser licitada, admitindo-se a adoção de critério de julgamento de propostas não previsto na legislação – tipo maior valor ofertado.

Não se pode, todavia, analisar o objeto da consulta apenas no plano teórico. De fato, a portabilidade das contas salário, regulamentada pelas Resoluções 3.402 e 3.424 de 2006 do Conselho Monetário Nacional, levou à perda da atratividade da aquisição de folha de pagamento por instituições financeiras privadas, implicando dificuldade para órgãos públicos encontrarem interessados em participar de licitação para concessão de exclusividade na gestão financeira de seus pagamentos. Houve impairment – decréscimo de valor – do ativo, conforme NBCT 16.10, item 40, o que dificulta sobremaneira sua avaliação.

Nada obstante, é inegável que as folhas de pagamentos dos servidores, mesmo após a portabilidade, preservam um potencial econômico, incrementado se explorado com exclusividade, como pretende o consulente. Dessa forma, apenas após oferta ao mercado é que se pode saber qual o grau de atratividade desse ativo e o seu potencial econômico. A licitação, que conforme art. 3º da Lei 8.666/1993 visa aos princípios constitucionais da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, é indispensável para tanto.

Nada obstante, caso a Administração comprove impairment total do ativo, o credenciamento afigura-se como a solução mais equânime.

Trata-se de procedimento administrativo que viabiliza a contratação de todos os particulares que atenderem às condições estabelecidas pela Administração para a prestação de serviços de forma não exclusiva.

O credenciamento é cabível quando a competição entre potenciais contratados for inviável. A inviabilidade, nesse caso, difere da usualmente observada: fornecedor exclusivo.

No credenciamento, ocorre exatamente o oposto: a contratação de mais de um particular é que de fato atende às necessidades da Administração. Ou seja, a correta execução do objeto se dá pela pluralidade de contratados, ou pela possibilidade dessa pluralidade.

O livro *Licitações e Contrato: orientações e jurisprudência do TCU* (4ª ed. revista, atualizada e ampliada. Brasília: TCU, 2010, p. 618) apresenta que:

Pode ser considerada inexigível licitação nos casos em que não houver possibilidade de seleção objetiva entre as diversas alternativas existentes. Cita-se, por exemplo, credenciamento de médicos e hospitais.

Carlos Pinto Coelho Mota (*Eficácia nas Licitações e Contratos*. 11ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 324-326) afirma que:

O processo de credenciamento vem sendo utilizado na prática como meio excepcional, atípico, de seleção de contratados da Administração Pública, sempre que a competição se demonstra inviável, em virtude da conveniência ou necessidade da prestação do serviço por mais de um executor.

(...)

A nosso ver, o processo de credenciamento seria uma hipótese híbrida – mais exatamente, um instrumento auxiliar da licitação – pois não se traduz na inexigibilidade propriamente dita, regida sob seu aspecto procedimental pelo art. 26 da LNL.

Desenvolve-se de forma similar à licitação, mediante instauração do processo em atendimento às formalidades inerentes à fase interna (PB e outras providências), além da fixação de regras procedimentais que, a nosso ver, podem figurar em edital ou em regulamento, de que constem os pressupostos limítrofes à habilitação ao credenciamento, com observância dos princípios que informam a atividade licitatória comum (grifo no original).

Para Marçal Justen Filho (*Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 12ª ed. São Paulo, 2008, p. 46-47) :

(...) somente se impõe a licitação quando a contratação por parte da Administração pressupuser a competição entre os particulares por uma certa contratação que não admita a satisfação concomitante de todos os possíveis interessados (...).

Não haverá necessidade de licitação quando houver número ilimitado de contratações e (ou) quando a escolha do particular a ser contratado não incumbir à própria Administração. Isso se verifica quando uma alternativa de contratar não for excludente de outras, de molde que todo o particular que o desejar poderá fazê-lo. O raciocínio não é afastado nem mesmo em face da imposição de certos requisitos ou exigências mínimas. Sempre que a contratação não caracterizar uma “escolha” ou “preferência” da Administração por uma dentre diversas alternativas, será desnecessária a licitação.

5.1.18 Nesse contexto, o art. 79 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o credenciamento poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

- I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
- II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
- III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

5.1.19 Depreende-se que a contratação de instituições bancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vistas à prestação de serviços de pagamento dos valores líquidos referentes à folha salarial e demais indenizações, bem como à execução de pagamentos decorrentes de descontos salariais realizados diretamente a terceiros, conforme proposto no presente processo, enquadra-se na hipótese prevista no inciso I do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, ou seja, contratação paralela e não excludente.

5.1.20 A pluralidade de instituições financeiras habilitadas para o pagamento da folha de pessoal, em detrimento da contratação de apenas uma instituição por meio de processo licitatório ou contratação direta, representa uma solução vantajosa e estratégica para a Administração Pública, pelos seguintes motivos:

- a) Amplia a rede de atendimento bancário, beneficiando as pessoas servidoras ativas, aposentadas e pensionistas, que passam a ter a possibilidade de escolher livremente a instituição financeira onde desejam manter sua conta-salário, negociando diretamente eventuais benefícios com o banco de sua preferência;
- b) Promove a concorrência equilibrada entre as instituições financeiras, o que potencialmente resulta em melhorias na qualidade dos serviços prestados;
- c) Garante isonomia, transparência e padronização nas condições contratuais estabelecidas entre a Administração e as instituições participantes;
- d) Permite a contratação simultânea de diversos prestadores, sem exclusividade, assegurando a continuidade e a segurança do serviço essencial de pagamento da folha e das indenizações;
- e) Alinha-se às práticas vigentes de mercado, refletindo as possibilidades atualmente oferecidas pelo sistema financeiro nacional;
- f) Estimula a inovação nos serviços disponibilizados pelas instituições contratadas, com adoção de novas tecnologias e soluções financeiras; e
- g) Gera receitas para a União, decorrentes da exploração econômico-financeira da gestão da folha de pagamento, reconhecida como ativo especial intangível.

## 5.2 REALIZAÇÃO DE REUNIÕES DE BENCHMARKING COM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

5.2.1 No âmbito dos trabalhos destinados ao aprimoramento do processo de credenciamento de instituições financeiras responsáveis pela operacionalização da folha de pagamento de pessoal do Poder Executivo Federal, a equipe de planejamento da contratação realizou, entre 15 e 30 de outubro de 2025, uma série de encontros remotos com as principais instituições bancárias do país, conforme relatório anexo a este estudo.

5.2.2 Participaram das reuniões representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), incluindo membros da equipe responsável pela Gestão da Folha de Pagamento da Diretoria de Soluções Digitais (DESIN/SGP/MGI), da Coordenação-Geral de Licitações da Central de Compras/SEGES/MGI, bem como integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

5.2.3 As instituições financeiras convidadas são atualmente contratadas no âmbito do Credenciamento nº 3/2021 e detêm experiência direta com a operação dos serviços nos moldes estabelecidos no projeto básico daquele procedimento.

5.2.4 A partir das reuniões realizadas, destacam-se os principais pontos observados:

- a) Aceitação unânime do modelo de credenciamento, considerado pelas instituições como o mais adequado para a natureza contínua e de grande escala do serviço.
- b) Apoio majoritário às propostas de novos padrões tecnológicos;
- c) Solicitação de prazos adequados para adaptação de sistemas e rotinas às novas tecnologias que venham a ser implementadas pelo MGI;
- d) Solicitação de análise da possibilidade de revisão da remuneração financeira paga às instituições pela operação da folha e das regras relativas à portabilidade salarial, visando compatibilizar a operação com o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.2.5 Considerando as contribuições obtidas nas reuniões de benchmarking, a equipe de planejamento integrou ao longo deste estudo as disposições necessárias para acolher as demandas avaliadas como relevantes e aderentes ao escopo do novo credenciamento.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. Para execução dos serviços, deve-se observar o seguinte:

### **6.1.1. Conta bancária**

6.1.1.1. As remunerações referentes à folha salarial e às demais indenizações devidas às pessoas servidoras ativas, inativas, pensionistas, estagiárias e anistiadas políticas civis dos órgãos e entidades vinculados ao Poder Executivo Federal deverão ser creditadas na instituição bancária credenciada (IBC), em conta salário de titularidade da PESSOA BENEFICIÁRIA.

6.1.1.1.1. Na hipótese de alteração da(s) norma(s) regulamentar(es) aplicáveis à efetuação de pagamento de salários pelos empregadores, pelo órgão competente, a IBC deverá adequar-se para o cumprimento integral das regras regulamentares, se houver alteração do arranjo de pagamento para crédito dos valores devidos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal às PESSOAS BENEFICIÁRIAS da folha de pagamento, em substituição à conta-salário.

6.1.1.2. A execução de pagamentos a terceiros decorrentes de descontos salariais, sejam eles destinados a pessoas físicas, jurídicas ou a depósitos judiciais, conforme o caso, deverá ser realizada por meio de crédito em conta previamente informada no arquivo de crédito ou de depósito em conta judicial, desde que pertencente à mesma instituição bancária credenciada e devidamente ativa no momento da operação.

6.1.1.2.1. A IBC terá o prazo de 6 (seis) meses, a contar do início da vigência contratual, para adequar seus sistemas à realização de pagamentos a terceiros decorrentes de descontos salariais, sejam eles destinados a pessoas físicas, jurídicas ou a depósitos judiciais, conforme o caso.

6.1.1.3. A PESSOA BENEFICIÁRIA poderá, a qualquer tempo, escolher a IBC, nos termos deste Edital, para receber a sua remuneração, desde que a mesma tenha participado do credenciamento e mantenha contrato com a União e convênio com a Unidade Pagadora (UPAG) diretamente responsável pelas informações de créditos.

6.1.1.4. A PESSOA BENEFICIÁRIA, quando mudar de IBC, terá de informar à sua UPAG o seu novo domicílio bancário, no qual passará a ser realizado o pagamento dos valores líquidos de sua remuneração.

6.1.1.5. Neste caso, a IBC indicada pela PESSOA BENEFICIÁRIA pagará mensalmente, pela obtenção da nova conta salário, o valor unitário registrado para a mesma, e, por consequência, a IBC preterida deixará de pagar o respectivo valor.

6.1.1.6. Toda PESSOA BENEFICIÁRIA deverá providenciar a abertura de conta salário, no caso de servidores, empregados, anistiados e aposentados, ou informar conta de sua titularidade, no caso de pensionistas e TERCEIROS BENEFICIÁRIOS, junto à IBC de sua opção e informar à UPAG.

6.1.1.6.1. Caso a PESSOA BENEFICIÁRIA já possua conta em uma IBC contratada, na qual receba suas remunerações, sua inércia será entendida como manifestação tácita de vontade de continuar a receber por intermédio dessa mesma instituição.

6.1.1.7. Nos casos em que a PESSOA BENEFICIÁRIA optar por conta corrente, caberá à IBC as providências de abertura de conta salário vinculada, valendo-se dos documentos fornecidos pela PESSOA BENEFICIÁRIA correntista para a abertura da conta corrente e para a sua conformidade legal.

6.1.1.8. A IBC deverá providenciar a abertura de conta salário quando a UPAG informar a sua escolha pela (s) PESSOA(S) BENEFICIÁRIA(S) para receber sua remuneração com crédito em Unidade Bancária (UB) da sua rede de atendimento, devendo observar as regras da Resolução nº 3.919/2010 do BACEN e da Resolução CMN nº 5.058/2022, bem como suas atualizações e eventuais normas supervenientes aplicáveis à matéria.

6.1.1.9. Os dados que serão repassados aos bancos para a abertura de contas salário são os constantes do leiaute do arquivo de crédito bancário - Padrão FEBRABAN 240 posições, entre outros: nome completo e CPF.

#### 6.1.2. Crédito de remunerações

6.1.2.1. Os procedimentos para crédito das remunerações deverão seguir o fluxo constante do ANEXO II-A -FLUXOS DE CRÉDITO E DE ARQUIVO, descrito detalhadamente no ANEXO II-B - DESCRITIVO DOS FLUXOS DE CRÉDITO E DE ARQUIVO. mente no Anexo I-B - Descritivo do Fluxo Operação de Crédito (Doc. SEI nº 16038070 e 16038124).

6.1.2.1.1. A IBC deverá informar ao MGI e à respectiva UPAG, com antecedência mínima obrigatória de 30 (trinta) dias, toda e qualquer alteração na ACP que implique modificação das informações registradas no arquivo de crédito ou no arquivo de ordem bancária.

6.1.2.2. Os valores provisionados referentes ao pagamento de remuneração(ões) não efetuado(s) será(ão) devolvido(s) pela IBC até 01 (um) dia útil da data designada para realização do crédito em conta da(s) PESSOA(S) BENEFICIÁRIA(S).

6.1.2.3. A IBC deverá assegurar a plena operacionalização dos serviços relacionados ao crédito da folha de pagamento, independentemente da ocorrência de feriados municipais, estaduais, distritais ou quaisquer outros não reconhecidos pelo MGI e pela Febraban. Tais feriados não poderão impactar o cumprimento dos prazos programados para o recebimento dos pagamentos, observado o disposto na Resolução CMN nº 4.880/2020 ou outra que vier a substituí-la.

6.1.2.4. O MGI ou a UPAG poderá cancelar até às 12h00 (doze horas) do dia útil anterior ao dia do pagamento qualquer(quaisquer) pagamento(s) a ser(em) feito(s) (bloqueio).

6.1.2.4.1. Na hipótese de devolução posterior ao prazo estipulado no item 6.1.2.2, acima, os valores serão corrigidos pela taxa SELIC.

6.1.2.5. Caberá à IBC ressarcir à UPAG os valores correspondentes ao(s) crédito(s) pago(s) indevidamente, cujo pagamento indevido seja comprovadamente de responsabilidade da IBC, corrigidos monetariamente, mediante GRU.

6.1.2.6. A IBC é responsável pela prestação de contas referente aos créditos das remunerações, devendo obedecer às orientações e especificações emanadas pela CONTRATANTE.

6.1.2.7. A IBC deverá transferir gratuitamente, quando solicitado pela PESSOA BENEFICIÁRIA, os créditos para outras instituições bancárias que não tenham participado deste credenciamento, nos termos da Livre Opção Bancária de que trata a Resolução CMN nº 5.058/2022 ou outra norma que venha a sucedê-la.

6.1.2.7.1. Caso a PESSOA BENEFICIÁRIA altere a sua opção bancária para outra IBC, essa passará a remunerar a contrapartida à CONTRATANTE e a IBC de origem ficará desonerada da remuneração.

6.1.2.8. A IBC deverá avisar, com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, o encerramento de qualquer UB que possua conta salário de PESSOA(S) BENEFICIÁRIA(S) a cada UPAG CENTRALIZADORA de vinculação e o MGI.

6.1.2.9. A IBC deverá executar pagamentos a TERCEIROS BENEFICIÁRIOS decorrentes de descontos salariais, sejam eles realizados diretamente a terceiros pessoa física, pessoa jurídica ou depositados em juízo, conforme o caso.

#### 6.1.3. Reversão de crédito

6.1.3.1. Os valores creditados indevidamente em razão de óbito, em favor de PESSOA BENEFICIÁRIA, em instituições integrantes do sistema financeiro nacional por pessoa jurídica de direito público interno, deverão ser restituídos.

6.1.3.2. A reversão de crédito será realizada pela IBC em até 2 (dois) dias úteis, contados da data em que tomou conhecimento do óbito da PESSOA BENEFICIÁRIA do crédito.

6.1.3.2.1. Na hipótese de devolução posterior ao prazo estipulado no item 6.1.3.2, acima, os valores serão corrigidos pela taxa SELIC.

6.1.3.3. O disposto neste item aplica-se aos créditos realizados, inclusive anteriormente à data de entrada em vigor da Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019.

6.1.3.4. A reversão de crédito não se aplica aos créditos referentes a períodos de competência anteriores ao óbito.

6.1.3.5. O MGI e/ou a UPAG CENTRALIZADORA informará à IBC o valor monetário exato a ser restituído.

6.1.3.6. O MGI e/ou a UPAG CENTRALIZADORA comprovará o óbito à instituição financeira utilizando-se de um dos seguintes instrumentos:

I - certidão de óbito original;

II - cópia autenticada, em cartório ou administrativamente, da certidão de óbito, inclusive por meio eletrônico;

III - comunicação eletrônica remetida por cartório;

IV - informação relativa ao óbito prestada por órgão integrante do Sistema Único de Saúde (SUS);

V - informação prestada pelo INSS, por meio de relatório conclusivo de apuração de óbito; ou

VI – informação oriunda do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc).

6.1.3.7. Após o recebimento do requerimento de restituição, formulado nos termos deste artigo, e observadas as normas a serem editadas pelo Conselho Monetário Nacional, a instituição financeira:

I - bloqueará, imediatamente, os valores disponíveis; e

II - restituirá os valores bloqueados até o 45º (quadragésimo quinto) dia após o recebimento do requerimento.

6.1.3.8. Na hipótese de não haver saldo suficiente para a restituição, a IBC restituirá o valor disponível e comunicará a inexistência ou insuficiência de saldo ao MGI e/ou à UPAG CENTRALIZADORA.

6.1.3.9. Consideram-se disponíveis os valores existentes na conta da PESSOA BENEFICIÁRIA ou nas aplicações automáticas de recursos a ela vinculadas na data em que a instituição retornar ao MGI e/ou à UPAG CENTRALIZADORA.

6.1.3.10. Na hipótese de a instituição financeira constatar erro no requerimento de restituição, por meio do comparecimento da PESSOA BENEFICIÁRIA ou de prova de vida, deverá, imediatamente:

I - desbloquear os valores; e

II - comunicar o desbloqueio ao MGI e/ou à UPAG CENTRALIZADORA.

6.1.4. Instalação de agência bancária, posto de atendimento ou terminal de autoatendimento em dependências da APF

6.1.4.1. A disponibilização de área para a instalação de UNIDADE BANCÁRIA ou terminais de autoatendimento nas instalações dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal dar-se-á por intermédio de processo administrativo

próprio, conduzido por cada órgão ou entidade individualmente considerada, de acordo com seus interesses e a critério dos dirigentes, chefes ou diretores de cada entidade, estando a participação nos referidos processos restrita à (s) IBC, a partir deste credenciamento.

6.1.4.2. A instituição bancária que possui UNIDADE BANCÁRIA ou terminal(is) de autoatendimento em instalação da APF direta, autárquica e fundacional e que não participar do presente processo de credenciamento somente terá seu contrato de utilização de espaço renovado caso nenhuma IBC manifeste interesse na ocupação da mencionada área, para fins específicos de instalação de ponto de atendimento. Poderá, ainda, a critério dos dirigentes, chefes ou diretores de cada entidade, ter seu contrato/convênio denunciado na forma do respectivo instrumento.

6.1.5. Comunicação com as PESSOAS BENEFICIÁRIAS e com o MGI

6.1.5.1. A(s) IBC deverá(ão) informar um número telefônico, padrão 0800 (ligação gratuita) ou de tarifação de chamada local, imediatamente após a assinatura do contrato, para atender às demandas da(s) PESSOA(S) BENEFICIÁRIA(S) e o serviço de help desk para a(s) UPAG, com funcionamento de 24 (vinte e quatro) horas, nos 7 (sete) dias da semana, durante todo o prazo de vigência do contrato.

6.1.5.2. A IBC deverá designar um AGENTE TÉCNICO DE LIGAÇÃO titular e um substituto, por meio de declaração, e informar à(s) UPAG e ao MGI.

6.1.5.2.1. A IBC poderá substituir o AGENTE TÉCNICO DE LIGAÇÃO, devendo comunicar à(s) UPAG interessada(s) e ao MGI a nova designação, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência, visando à manutenção dos dados de contato atualizados.

6.1.5.3. A IBC designará e informará, ainda, uma ACP, para fins de destinação dos arquivos relativos ao pagamento de pessoal e de envio dos arquivos de retorno das inconsistências no pagamento, bem como de encaminhamento de demandas administrativas.

6.1.5.4. A IBC deverá disponibilizar de forma tempestiva informações que possibilitem o acompanhamento, em tempo real, do processamento e da validação dos arquivos enviados e recebidos, podendo ser de forma digital via integração de sistemas em API a ser disponibilizada pelo MGI. A IBC deverá apresentar informações claras e atualizadas sobre a situação de cada remessa, eventuais inconsistências detectadas e confirmações de processamento, de forma a permitir o monitoramento contínuo da execução operacional pelo MGI.

6.1.5.5. A IBC poderá disponibilizar, mediante autorização e diretrizes do MGI, informações institucionais e de serviços voltados às PESSOA(S) BENEFICIÁRIA(S) em página dedicada no Portal do Servidor do órgão, ou, alternativamente, por meio de link direcionado a hotsite ou página específica da instituição. As informações deverão observar padrões de comunicação e identidade visual definidos pelo MGI, sendo vedada qualquer forma de publicidade que induza vantagem indevida, comparações entre instituições ou desvio da finalidade institucional do portal.

6.1.5.7 A IBC deverá informar ao MGI e à respectiva UPAG, com antecedência mínima obrigatória de 30 (trinta) dias, toda e qualquer alteração no ACP que implique modificação das informações registradas no arquivo de crédito ou no arquivo de ordem bancária.

6.1.6. Prova de Vida

6.1.6.1. A IBC realizará a atualização cadastral para fins de comprovação de vida, de que trata o art. 9º da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, e o Decreto nº 7.862, de 8 de dezembro de 2012, Portaria nº 244 e Instrução Normativa nº 45, ambas de 15 de junho de 2020, do aposentado, pensionista e anistiado político civil, por meio de comparecimento pessoal e mediante a identificação do aposentado, pensionista e anistiado político civil, ou por meio da utilização de canais remotos de atendimento com uso de biometria, como terminais de autoatendimento eletrônico e aplicativos móveis.

6.1.6.2. A IBC poderá utilizar tecnologias de biometria digital e/ou facial para fins de realização da Prova de Vida, tais como terminais de autoatendimento bancário e aplicativos móveis, sendo responsável pela fidedignidade da biometria digital ou facial por ela coletada, assim como pelos resultados de comprovação de vida enviados ao MGI.

6.1.6.2.1. A IBC poderá também desenvolver e/ou utilizar novas tecnologias para fins de realização da Prova de Vida, condicionada à apresentação e responsabilização pelos resultados de comprovação de vida enviados ao MGI.

6.1.6.3. A IBC deverá utilizar, exclusivamente, a tecnologia de webservice para a troca de dados referentes à prova de vida, conforme especificações técnicas descritas no Anexo III - Camada\_De\_Integracao - Servicos\_Prova\_de\_Vida - Ambiente\_de\_homologacao.

6.1.6.3.1. As informações necessárias para realização da prova de vida serão disponibilizadas ao sistema solicitante da IBC a cada nova requisição.

6.1.6.4. O MGI promoverá a convocação dos aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis para o processo de prova de vida, com o fito de facilitar a sua recepção pela IBC.

6.1.6.5. A IBC promoverá a divulgação do processo de prova de vida, com o fito de facilitar e agilizar a recepção dos aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis pelas suas unidades bancárias em todo o território nacional.

6.1.6.6. A IBC recepcionará em suas respectivas unidades bancárias, em todo o território nacional, os aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis que recebem remunerações à conta do Tesouro Nacional, realizando conferência da documentação obrigatória apresentada, bem como o batimento dos dados disponibilizados pela tecnologia de webservice ou equivalente disponibilizado por integração pelo MGI, em conformidade com a regulamentação específica, caso o atendimento seja realizado de forma presencial e não por canais remotos.

6.1.6.7. Na hipótese de PESSOA BENEFICIÁRIA menor de 18 (dezoito) anos, deverá comparecer acompanhado dos pais ou responsável legal, salvo comprovação documental de emancipação civil.

6.1.6.8. Caberá à IBC enviar o resultado da prova de vida ao MGI, por meio de webservice, independentemente do(s) canal(is) bancário(s) utilizado(s), somente quando a PESSOA BENEFICIÁRIA:

6.1.6.8.1. Realizar uma nova comprovação de vida nos casos em que estiver no prazo de realização da Prova de Vida anual;

6.1.6.8.2. Estiver com pagamento suspenso; ou

6.1.6.8.3. Tiver como resultado da Prova de Vida atualização negativa.

6.1.6.9. A IBC deverá entregar aos aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis protocolo de comprovação da realização da prova de vida, independentemente do(s) canal(is) bancário(s) utilizado(s).

6.1.6.10. Sobre o serviço de atualização cadastral para fins de comprovação de vida não incidirá nenhuma tarifa ou cobrança para os correntistas e nem para a CONTRATANTE.

6.1.7. Padrões tecnológicos de comunicação

6.1.7.1. A IBC deverá prover mecanismo de validação automática do recebimento dos arquivos de remessa enviados pelo MGI, garantindo o registro inequívoco da data, hora e integridade da transmissão.

6.1.7.2. A IBC deverá gerar e disponibilizar arquivo de retorno que contenha informações detalhadas sobre todos os pagamentos efetuados, incluindo eventuais rejeições, estornos ou retificações realizadas. Esse arquivo será de caráter obrigatório para todos os processos, devendo seguir o formato e conteúdo técnico definidos pelo MGI.

6.1.7.3. A IBC deverá garantir processo robusto de validação para o envio e o recebimento dos arquivos de remessa e de retorno, assegurando a integridade, autenticidade e conformidade dos dados transmitidos entre as partes. Deverão ser adotados controles que impeçam duplicidade, perda de informações ou divergência de estrutura nos arquivos.

6.1.7.4. A IBC deverá manter-se tecnicamente apta a adotar nova sistemática de comunicação eletrônica, em substituição à atual troca de arquivos em massa (padrão FEBRABAN CNAB), conforme padrão de mercado mais moderno e em tempo real, aprovado pela Febraban e implementado pelo MGI. A transição deverá ocorrer sem impacto na continuidade operacional dos serviços, seguindo o prazo e o cronograma acordado entre o MGI e as IBCs.



6.1.7.5. A IBC deverá estar apta a processar arquivos CNAB240, contemplando regras adicionais e validações específicas no campo “Empresa” ou em outros campos determinados pelo MGI. Essas regras deverão ser prontamente incorporadas aos sistemas da IBC, sem prejuízo à integridade e à tempestividade do processamento das folhas de pagamento.

6.1.7.6. A IBC deverá se integrar ao ambiente tecnológico do MGI de forma segura, padronizada e de alta disponibilidade, para validação e consulta das seguintes informações:

- I – Validação de Conta-Salário e Titularidade: confirmação se uma conta é do tipo conta-salário e se o titular corresponde aos dados fornecidos (CPF e nome);
- II – Validação de Conta Conjunta: identificação se a conta bancária é conjunta;
- III – Consulta de Convênio Bancário: retorno das informações sobre o convênio bancário, incluindo CNPJ do órgão, agência e conta associadas, mediante consulta autenticada.

A integração deverá atender aos padrões técnicos definidos pelo MGI, observando requisitos de segurança, rastreabilidade e confidencialidade dos dados.

6.1.7.7. A IBC deverá aceitar e processar o arquivo de crédito bancário (remessa) encaminhado pelo MGI para a execução dos pagamentos, observando rigorosamente os prazos e formatos estabelecidos. O processamento deverá contemplar mecanismos de validação, registro de logs e retorno de status, garantindo a integridade e rastreabilidade das operações.

6.1.7.8. A IBC deverá processar arquivos específicos para exclusão ou cancelamento de agendamentos de pagamentos previamente enviados, assegurando que as alterações solicitadas pelo MGI sejam aplicadas integralmente antes da data efetiva do crédito, de acordo com o item 6.1.2.4. Os cancelamentos deverão gerar comprovantes eletrônicos de processamento, com data e hora da execução.

6.1.7.9. A IBC deverá oferecer sistemática automatizada para abertura de contas bancárias destinadas a novos servidores em fase de posse, com integração ao fluxo cadastral e de documentação do MGI por meio de API que será disponibilizada pelo Órgão Central. O processo deverá permitir a abertura ágil e eletrônica da conta-salário, observando requisitos de autenticação segura, conformidade com as normas do Banco Central e garantia de integridade dos dados cadastrais do servidor.

6.1.7.10. As alterações decorrentes de necessidades dos bancos (ex: trocas de agências, contas, abertura /fechamento de agências, modificações de endereço, troca de cooperativa bancária por agência signatária e demais situações) que demandem ações ou ajustes por parte do MGI para sua solução, terão seus custos operacionais repassados aos bancos solicitantes das respectivas operações.

6.1.7.11 A transição para adequação aos novos **PADRÕES TECNOLÓGICOS DE COMUNICAÇÃO**, que envolvam a necessidade de ajustes de tecnologia, deverá ocorrer sem impacto na continuidade operacional dos serviços, seguindo o cronograma acordado entre o MGI e as IBCs.

#### 6.1.8. API de consignados

6.1.8.1. É facultado à contratada o acesso a uma API Financeira fornecida por meio da plataforma do SERPRO, o qual permitirá a troca de informações, incluindo listagens de vínculos e geração de autorizações para consignação em folha de pagamento, facilitando a concessão de crédito consignado.

6.1.8.2. O acesso ao serviço de API será facultativo e, uma vez aderido, uma credencial específica será gerada para permitir que a instituição credenciada acesse o sistema e utilize os serviços disponíveis.

#### 6.1.9. Obrigações complementares da IBC

6.1.9.1. A IBC estará sujeita às sanções administrativas na hipótese de perda, extravio ou não processamento de arquivos de remessa encaminhados pelo MGI, que resultem em atrasos, falhas ou necessidade de reenvio.

6.1.9.2. A IBC estará sujeita às sanções administrativas na hipótese de realização de consumo abusivo, não autorizado pelo PESSOA BENEFICIÁRIA ou em desconformidade com as regras de uso da API de Consignados, inclusive nos casos de requisições excessivas que comprometam o desempenho dos sistemas do MGI ou o acesso de outros usuários legítimos. Será igualmente considerada infração grave o uso indevido de dados pessoais

ou sensíveis obtidos por meio da API sem o consentimento da PESSOA BENEFICIÁRIA, em desacordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A folha de pagamento dos servidores civis do Poder Executivo Federal, que será objeto de operacionalização e crédito em conta pelas Instituições Bancárias Credenciadas tem o seguinte perfil:

Folha de pagamento do Governo Federal por faixa salarial										
Ativo*										
Faixa Salarial	2021		2022		2023		2024		2025	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Até 2000	34.582	18.782.449,99	32.545	15.169.491,22	35.479	20.564.955,06	36.176	23.210.012,19	32.552	18.579.012,68
Entre 2000,01 e 4000	33.657	91.039.748,34	16.551	29.401.835,42	26.879	71.800.633,58	31.722	92.167.618,21	16.953	47.189.256,35
Entre 4000,01 e 6000	19.554	67.838.398,00	16.297	42.110.002,83	18.956	69.945.319,76	26.610	116.313.248,24	15.751	63.998.621,63
Acima de 6000,01	520.853	4.093.229.042,97	532.541	4.155.059.491,42	499.426	4.074.182.759,18	504.279	4.519.315.907,98	531.277	6.547.687.925,32
TOTAL	608.646	4.270.889.639,30	597.934	4.241.740.820,89	580.740	4.236.493.667,58	598.787	4.751.006.786,62	596.533	6.677.454.815,98
Aposentado*										
Faixa Salarial	2021		2022		2023		2024		2025	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Até 2000	2.751	2.751.412,67	1.166	238.972,64	1.725	1.197.115,75	1.729	1.576.586,53	1.138	517.493,26
Entre 2000,01 e 4000	15.488	42.185.299,62	4.988	6.819.711,51	8.389	18.162.509,38	7.520	22.062.693,46	1.994	4.537.719,23
Entre 4000,01 e 6000	19.615	63.633.937,32	15.132	31.574.603,86	16.903	43.772.671,24	10.404	43.775.024,95	4.025	13.755.439,98
Acima de 6000,01	389.007	2.655.540.584,81	400.530	2.748.898.407,96	395.192	2.751.674.813,99	401.142	3.024.928.275,52	409.243	4.126.859.526,06
TOTAL	426.861	2.764.111.234,42	421.816	2.787.531.695,97	422.209	2.814.807.110,36	420.795	3.092.342.580,46	416.400	4.145.670.178,53
Beneficiário de Pensão*										
Faixa Salarial	2021		2022		2023		2024		2025	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Até 2000	13.280	10.947.597,00	9.142	4.993.180,00	10.810	7.642.511,00	8.975	8.773.400,00	3.861	3.711.433,75
Entre 2000,01 e 4000	34.656	56.517.710,00	28.186	32.973.154,00	30.508	41.566.795,00	24.863	43.507.356,00	14.452	23.591.035,65
Entre 4000,01 e 6000	35.481	76.192.013,00	35.626	67.392.329,00	35.007	69.371.560,00	25.565	55.988.946,00	17.702	37.605.439,72
Acima de 6000,01	205.996	1.093.388.959,00	211.336	1.166.827.519,00	205.463	1.169.064.605,00	219.264	1.246.893.701,00	237.911	1.498.794.258,85

TOTAL	289.413	1.237.046.279,00	284.290	1.272.186.182,00	281.788	1.287.645.471,00	278.667	1.355.163.403,00	273.926	1.563.702.167,97
GERAL*										
Faixa Salarial	2021		2022		2023		2024		2025	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Até 2000	50.613	32.481.459,66	42.853	20.401.643,86	48.014	29.404.581,81	46.880	33.559.998,72	37.551	22.807.939,69
Entre 2000,01 e 4000	83.801	189.742.757,96	49.725	69.194.700,93	65.776	131.529.937,96	64.105	157.737.667,67	33.399	75.318.011,23
Entre 4000,01 e 6000	74.650	207.664.348,32	67.055	141.076.935,69	70.866	183.089.551,00	62.579	216.077.219,19	37.478	115.359.501,33
Acima de 6000,01	1.115.856	7.842.158.586,78	1.144.407	8.070.785.418,38	1.100.081	7.994.922.178,17	1.124.685	8.791.137.884,50	1.178.431	12.173.341.710,2
TOTAL	1.324.920	8.272.047.152,72	1.304.040	8.301.458.698,86	1.284.737	8.338.946.248,94	1.298.249	9.198.512.770,08	1.286.859	12.386.827.162,4

\* Os valores obtidos dos anos 2021 e 2024 correspondem à média mensal de cada ano. Os valores obtidos do ano de 2025 correspondem à média mensal obtida até maio deste ano.

7.2. De 2021 a 2025, esses valores da folha de pagamento foram operacionalizados, majoritariamente, por 10 instituições financeiras, credenciadas e contratadas no âmbito do Edital de Credenciamento nº 3/2021:

- Banco do Brasil
- Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL S.A.
- Banco do Estado de Sergipe – BANESE S.A.
- Caixa Econômica Federal
- Banco Bradesco
- Banco Itaú
- Banco Santander
- Cooperativa de Crédito dos Servidores da Universidade Federal do Espírito Santo - Credufes
- Sicredi
- Sicoob

7.3. Os valores creditados em cada instituição variam de acordo com a opção bancária das PESSOAS BENEFICIÁRIAS, que poderão, a qualquer tempo, escolher a IBC, nos termos deste Edital, para receber sua remuneração, desde que a instituição tenha participado do credenciamento e mantenha contrato com a União e convênio com a Unidade Pagadora (UPAG) diretamente responsável pelas informações de crédito.

7.4. Tal sistemática é a atualmente praticada pelos bancos credenciados pela União, que creditam os valores da folha de pagamento.

7.5. Importa destacar que a escolha do banco pela própria PESSOA BENEFICIÁRIA minimiza a ocorrência de portabilidade salarial, indo ao encontro à redução de riscos do negócio ao mercado, que implica maior atratividade para a prestação dos serviços e o pagamento de contrapartida financeira pelas credenciadas.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1,03

8.1 Como contrapartida, a instituição credenciada deverá recolher à União remuneração mensal correspondente a 1,03% do valor total creditado aos beneficiários, mediante Guia de Recolhimento da União – GRU, até o décimo dia útil após a transferência dos valores referentes aos créditos da folha de pagamentos da APF para a IBC.

8.2. A estimativa do valor econômico associado à exploração da folha de pagamentos foi elaborada com base em estudos técnicos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, no âmbito do Termo de Descentralização de Crédito (TED nº 02/2025), firmado com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, bem como em análise de contratações similares realizadas pela Administração Pública, vigentes ou concluídas no período de até um ano anterior à pesquisa. Os estudos tiveram por objetivo avaliar a folha de pagamentos do Poder Executivo Federal como ativo econômico explorado por instituições financeiras, subsidiando a definição da contrapartida financeira a ser exigida no processo de credenciamento.

8.3. O estudo apresenta estimativas do valor econômico da exploração dos serviços de gestão da folha de pagamentos por instituições financeiras credenciadas, considerando projeções da massa salarial e do número de beneficiários — servidores ativos, aposentados e pensionistas —, bem como a estrutura de receitas e custos dessas instituições. A modelagem contemplou três cenários macroeconômicos (básico, positivo e negativo), com o objetivo de avaliar a sensibilidade dos resultados frente a diferentes premissas de crescimento da folha e condições do setor bancário.

8.4. A modelagem utilizou dados do Banco Central do Brasil e do Painel Estatístico de Pessoal da Administração Pública Federal, com projeções para o período de 2026 a 2030. As análises demonstram que a folha de pagamentos do Poder Executivo Federal configura ativo econômico relevante para o sistema financeiro, em razão do elevado volume de recursos, da previsibilidade dos fluxos, da estabilidade do público beneficiário e do baixo risco de crédito.

8.5. Os estudos técnicos estimaram a lucratividade associada à exploração do ativo no período de 2026 a 2030, considerando a decomposição das receitas e despesas bancárias e diferentes cenários macroeconômicos. Constatou-se que, mesmo diante da redução recente da lucratividade do setor bancário — decorrente, principalmente, do aumento dos custos operacionais e de captação —, o percentual de 1,03% permanece compatível com a estrutura econômica da operação, preservando sua viabilidade e atratividade.

8.6. As simulações indicam que a redução desse percentual elevaria significativamente a rentabilidade das instituições financeiras, caracterizando risco de subprecificação do ativo público e consequente perda de receita para a Administração. Por outro lado, a manutenção do percentual atual não impõe encargos excessivos, preservando o equilíbrio econômico da operação e condições adequadas de participação no credenciamento.

8.7. A definição do percentual de 1,03% baseia-se em modelagem econômica fundamentada em dados do sistema financeiro e projeções da folha de pagamentos, considerando diferentes cenários macroeconômicos. Os resultados evidenciam equilíbrio entre a remuneração das instituições financeiras e a participação da Administração Pública no valor gerado, não sendo identificados indícios de sobrepreço, restrição à competitividade ou desequilíbrio econômico. Transcreve-se as conclusões do estudo realizado pelo IPEA:

Por outro lado, com base na coleta de dados pelo Banco Central, o texto constatou que, a partir de 2024, as principais fontes de pressão para a queda da lucratividade unitária dos bancos com os serviços da folha de pagamento do governo federal resultaram das próprias despesas: i) com os produtos bancários vinculados ao crédito na intermediação associada aos CPFs (captação); e, ii) operacionais indiretas. Desde então, tal pressão fez com que os bancos passassem a procurar alívio para sua lucratividade nas despesas do convênio, ainda que estas tenham permanecido constantes como participação na folha de pagamentos (1,03%).

(...)

Nesse sentido, em relação à precificação atuarial da concessão da folha de pagamento do Governo Federal aos bancos credenciados, as principais conclusões do texto são:

- 1) Do ponto de vista comparativo, os resultados dos valores presentes não se mostram muito sensíveis às diferenças paramétricas características de cada cenário considerado, as quais, de outros pontos de vista (como crescimento econômico e inflação, por exemplo), poderiam ser consideradas significativas na avaliação de impacto sobre as variáveis econômicas focalizadas;
- 2) Em nenhum dos casos examinados, entre os diversos cenários adotados com alterações paramétricas efetuadas, as estimativas envolvem prejuízos esperados para as contas públicas, uma vez que, em termos dos valores presentes das concessões, em qualquer caso, as flutuações (positivas ou negativas) decorrentes dos cálculos representam as exatas compensações dos impactos diferenciados (negativos ou positivos), sobre os fluxos correspondentes acumulados aos longo do horizonte temporal de referência no texto (cinco períodos anuais);
- 3) As conclusões anteriores permitem maior conforto nas indicações dos resultados obtidos no cenário básico, com manutenção da vigência de um nível de 1,03% do parâmetro base da despesa do Convênio sobre a folha de pagamento (ou seja, uma participação do Governo Federal de 40% no lucro unitário do cliente), como candidatos naturais para efeito de referência central – com valor presente do patrimônio líquido de R\$ 11.058.406.947,67; em

preços de janeiro de 2026 -- na negociação da concessão do serviço. Por outro lado, nas mesmas circunstâncias, os valores dos cenários positivo – com valor presente do patrimônio líquido de R\$ 11.255.978.787,78; em preços de janeiro de 2026 – e negativo – com valor presente do patrimônio líquido de R\$ 10.751.643.055,21; em preços de janeiro de 2026 – poderiam eventualmente balizar os níveis dos limites superiores e inferiores da oferta na negociação.

8.8. Adicionalmente, foram realizadas pesquisas junto a outros órgãos públicos, considerando contratações similares e parâmetros econômicos adotados na exploração da folha de pagamentos, a fim de assegurar a aderência do percentual de 1,03% às práticas administrativas e ao equilíbrio econômico-financeiro da operação.

8.9. No âmbito das contratações similares, verificou-se que a exploração da folha de pagamentos é tratada como ativo gerador de receita para o Poder Público. Assim, o contrato decorrente do credenciamento caracteriza-se como contrato gerador de receita, nos termos do art. 110 da Lei nº 14.133/2021, não havendo pagamento da Administração Pública às instituições financeiras.

CONTRATAÇÕES SIMILARES DO PODER PÚBLICO				
Órgão	Modalidade de contratação	Valor	Contrato – IBC	Fonte
Câmara dos Deputados	Contratação Direta	R\$18.335,12 concessão de espaço físico + contrapartidas 1,03% mensais	Caixa Econômica Federal (CONTRATO N. 2022/094.0)	Fonte: <a href="https://www.camara.leg.br/licitacoes-e-contratos/contratos/01-94-2022">https://www.camara.leg.br/licitacoes-e-contratos/contratos/01-94-2022</a>
		R\$28.208,67 concessão de espaço físico + contrapartidas 1,03% mensais	Banco do Brasil S.A. (CONTRATO N. 2022/093.0)	Fonte: <a href="https://www.camara.leg.br/licitacoes-e-contratos/contratos/01-93-2022">https://www.camara.leg.br/licitacoes-e-contratos/contratos/01-93-2022</a>
TCU	Contratação Direta - dispensa	1,03% sobre o total líquido da folha de salários processada.	Caixa Econômica Federal (CONTRATO N. 9-2023)	Em consulta ao site do TCU, não houve alteração de valores para o contrato vigente (2023-2027). Processo Eletrônico: 011.492/2022-8 - no momento da consulta não havia no portal do TCU o registro dos contratos-forma disponibilizados por e-mail - Novos contratos - Objeto: prestação de serviços de pagamento dos valores líquidos da folha salarial e outras indenizações a autoridades, servidores ativos, aposentados e pensionistas do Tribunal de Contas da União – TCU e serviços de atualização cadastral (prova de vida) de autoridades e servidores aposentados e pensionistas (BENEFICIÁRIOS).
				Em consulta ao site do TCU, não houve alteração de valores para o contrato vigente (2023-2028). Processo Eletrônico: 019.505/2022-1 - no momento da consulta

		1,03% sobre o total líquido da folha de salários processada.	Banco do Brasil S.A. (CONTRATO N. 14-2023)	não havia no portal do TCU o registro dos contratos-forma disponibilizados por e-mail - Novos contratos - Objeto: prestação de serviços de pagamento dos valores líquidos da folha salarial e outras indenizações a autoridades, servidores ativos, aposentados, pensionistas e estagiários do Tribunal de Contas da União – TCU e serviços de atualização cadastral (prova de vida) de autoridades e servidores aposentados e pensionistas (BENEFICIÁRIOS),
--	--	--	--	--

8.10. A fixação do percentual de 1,03% revela-se adequada sob a perspectiva arrecadatória, ao assegurar fluxo contínuo, previsível e relevante de receitas decorrentes da exploração de ativo público de elevada liquidez, sem comprometer a atratividade econômica para as instituições financeiras.

8.11. A análise histórica evidencia crescimento consistente da massa salarial, potencializando o efeito arrecadatório ao longo do tempo. A incidência de percentual fixo sobre base crescente permite incremento progressivo da receita pública, sem necessidade de revisões contratuais frequentes ou mecanismos complexos de remuneração.

8.12. O percentual adotado mostra-se equilibrado ao compatibilizar o interesse arrecadatório da Administração com a sustentabilidade econômico-financeira da atividade, assegurando a permanência de múltiplas instituições no modelo de credenciamento, o que reforça a competitividade e reduz riscos de descontinuidade.

8.13. As simulações indicam que o percentual captura adequadamente parcela do valor gerado pela exploração da folha, evitando tanto a subprecificação do ativo quanto a imposição de encargos excessivos que possam restringir a participação de instituições financeiras.

8.14. Por fim, a incidência do percentual sobre os valores efetivamente creditados aos beneficiários assegura aderência à movimentação real de recursos, conferindo transparência, simplicidade operacional e segurança na apuração da receita. Dessa forma, a taxa de 1,03% consolida-se como instrumento eficiente de captura de valor econômico em favor da Administração Pública, alinhado às práticas de mercado e às diretrizes de gestão fiscal responsável. Abaixo, segue o valor arrecadado nos últimos anos em decorrência do credenciamento nº 3/2021:

HISTÓRICO DE ARRECADAÇÃO DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA					
MÊS	2021	2022	2023	2024	2025
JAN	88.664.732,63	86.909.907,23	88.071.876,55	97.325.329,56	102.713.191,45
FEV	85.984.785,61	87.695.120,20	88.214.356,52	94.973.624,88	99.906.642,98
MAR	86.106.561,58	86.338.228,39	85.144.454,25	95.209.033,86	99.366.701,25
ABR	85.330.018,78	85.637.660,18	73.349.560,36	94.877.152,71	127.779.548,50
MAI	84.818.969,02	85.230.504,98	104.860.257,83	102.580.506,16	108.235.422,42
JUN	129.244.212,36	130.131.954,32	140.345.879,87	147.043.634,16	162.522.597,75

JUL	84.531.704,57	85.718.551,45	92.611.134,69	97.752.858,01	108.398.649,72
AGO	84.524.651,79	84.823.654,76	92.284.177,99	97.135.387,68	107.458.050,64
SET	84.763.165,33	84.946.998,05	92.410.981,48	97.799.320,29	107.262.692,54
OUT	84.638.140,59	84.808.063,43	92.966.030,85	98.353.197,68	115.055.858,61
NOV	117.920.948,20	118.618.275,68	130.755.588,29	134.944.848,20	150.932.203,98
DEZ	108.802.063,60	105.139.842,01	116.301.863,62	118.243.269,62	126.109.111,24
<b>TOTAL</b>	<b>1.125.329.954,06</b>	<b>1.125.998.759,68</b>	<b>1.197.316.162,30</b>	<b>1.276.238.162,81</b>	<b>1.415.740.671,08</b>

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O objeto deste credenciamento prescinde de parcelamento, uma vez que não se mostra tecnicamente viável a sua divisão em itens independentes. A natureza do objeto exige a prestação integrada e uniforme do serviço de operacionalização da folha de pagamento, não sendo possível fracioná-lo sem comprometer a eficiência, a padronização dos procedimentos e a segurança das operações.

9.2. Ademais, o modelo de credenciamento adotado permite que todas as instituições financeiras que atendam aos requisitos estabelecidos no edital sejam habilitadas e contratadas para a execução do objeto, inexistindo exclusividade ou limitação quantitativa de contratações. A efetiva distribuição da demanda decorre da livre escolha da instituição bancária pelos beneficiários, a qualquer tempo, nos termos do edital.

9.3. Dessa forma, o parcelamento não se revela necessário nem vantajoso para a Administração, uma vez que a ampliação da competitividade já é plenamente assegurada pelo próprio instituto do credenciamento, sem prejuízo à economicidade, à eficiência administrativa e à adequada prestação do serviço.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não haverá contratações correlatas ou interdependentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se plenamente alinhada ao Planejamento Estratégico do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), conforme diretrizes estabelecidas no Mapa Estratégico Institucional, disponível no sítio oficial do Ministério:



(<https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/estrategia-institucional/MapaestrategicoMGI.jpg>)

11.2. O credenciamento de instituições bancárias para a operacionalização da folha de pagamento do Poder Executivo Federal contribui diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos do MGI, especialmente do Objetivo Estratégico 1, “Promover a inovação, a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços públicos”; do Objetivo Estratégico 2, “Valorizar as servidoras e os servidores públicos para o pleno exercício de suas funções e a melhoria da qualidade do serviço prestado”; e do Objetivo Estratégico 9, “Aperfeiçoar os processos e serviços de gestão patrimonial, com transformação digital e foco nas pessoas”.

11.3. Ao assegurar um modelo de contratação baseado em credenciamento, com ampla concorrência entre instituições financeiras e liberdade de escolha pelos beneficiários, a solução promove maior eficiência operacional, incentiva a melhoria contínua dos serviços prestados, amplia a transparência e reforça a orientação ao cidadão, em consonância com os eixos estratégicos de Transformação Digital, Inovação, Excelência na Gestão e Foco no Usuário previstos no planejamento institucional do MGI.

11.4. Não se aplica ao órgão administrador (Central de Compras) no presente processo, tendo em vista que se trata de uma centralização de procedimento de credenciamento, medida excepcional aplicada à particularidade de sua atuação, conforme estabelecido no art. 21 do Decreto nº 10.947/2022, que regulamenta o plano de contratações anuais. Contudo, as contratações decorrentes desse credenciamento serão efetivadas por órgãos compradores, de acordo com suas demandas específicas e planejamentos internos. A Lei nº 14.133/2021 determina que a fase preparatória do processo licitatório deve alinhar-se ao plano de contratações anual do órgão – quando existente –, bem como às leis orçamentárias, abarcando todas as considerações técnicas, mercadológicas e gerenciais que possam influenciar a contratação. Nesse sentido, o Decreto nº 10.947/2022 estabelece que os órgãos e entidades elaborem seus planos anuais de contratação, contemplando todas as aquisições previstas para o exercício subsequente, inclusive as contratações diretas, regra geral, nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Diante disso, recomenda-se que os órgãos e entidades, ao registrar suas oportunidades de negócio, atentem para a conformidade com seus planos de contratações anuais, assegurando assim transparência e planejamento adequado nas contratações públicas.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de instituições bancárias na modelagem proposta deverá ter como resultados:

12.1.1. Realizar o pagamento de salários e de outras indenizações, bem como a prova de vida e a atualização cadastral de forma direta, eletrônica, nos moldes mais modernos utilizados pelos empregadores em geral, propiciando comodidade às PESSOAS BENEFICIÁRIAS e TERCEIROS BENEFICIÁRIOS da folha de pagamento, por meio de disponibilidade de rede de atendimento bancário e sem expressivo incremento de despesa à Administração;



12.1.2. Economicidade decorrente da dispensa de estrutura própria da Administração para realizar de forma direta os pagamentos;

12.1.3. Segurança agregada para os valores e as pessoas, decorrentes da operação via instituições financeiras do pagamento da folha salarial, segmento especializado e que agrega serviços correlatos aos titulares das contas, a exemplo da guarda e movimentação financeira dos valores depositados;

12.1.4. Não dedicação de servidores no pagamento de salários e outras indenizações, atividade não precípua do Governo Federal, permitindo a atuação desses em atividades precípuas da pasta;

12.1.5. Domínio da gestão da folha de pagamento do Governo Federal, concentrando na estratégia centralizada o crédito dos valores líquidos referentes à folha salarial e demais indenizações devidas às pessoas servidoras ativas, inativas, pensionistas, estagiárias e anistiadas políticas civis dos órgãos e entidades vinculados ao Poder Executivo Federal, bem como a execução de pagamentos decorrentes de descontos salariais, realizados diretamente a terceiros — pessoas físicas, jurídicas ou mediante depósitos judiciais —, conforme o caso, com os pagamentos a serem efetuados em território nacional, por meio de crédito em conta bancária de titularidade da pessoa beneficiária.

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.1 As providências antecedentes à celebração de contrato(s) restringem-se aos aspectos formais determinados pela legislação vigente, destacadamente, a divulgação do edital e anexos, e a verificação do atendimento das condições de habilitação e da representatividade legal dos agentes das partes contratantes e outras do rito formal imposto pela legislação vigente e/ou pelo edital.

13.2 Para as Instituições Bancárias que possuem contrato em execução decorrente do edital de credenciamento anterior, será celebrado novo instrumento contratual, com base neste edital de credenciamento, com data de início imediatamente posterior à data de encerramento do contrato vigente. Tal medida visa eliminar quaisquer descontinuidades operacionais, assegurando que não haja solução de continuidade nos serviços prestados.

13.3 A IBC deverá manter a integralidade dos serviços prestados durante todo o processo de transição, incluindo o tratamento de dados, a execução dos créditos, a manutenção de rotinas operacionais e o atendimento às demandas dos usuários.

13.4 O MGI deverá formalizar as APIs listadas no estudo, incorporando requisitos funcionais e não funcionais, bem como padrões mínimos de integração, segurança e auditoria, bem como o repositório centralizado (Painel dos Bancos Conveniados), voltado à consolidação de informações operacionais, indicadores e comunicação com as instituições credenciadas.

13.6 Conceder prazos às IBC para adaptação de sistemas e rotinas às novas tecnologias que venham a ser implementadas pelo MGI.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1 . A atividade bancária gera uma variedade de resíduos em suas operações diárias, destacando-se o papel (oriundo de formulários e contratos), a sucata eletrônica (computadores, cabos, caixas eletrônicos) e os resíduos sólidos comuns (plásticos, latas, vidros e orgânicos). A maioria dos bancos adota políticas de reciclagem para papel e encaminha equipamentos eletrônicos obsoletos para empresas especializadas em desmonte e reutilização. Além disso, iniciativas como coleta seletiva e monitoramento do desperdício de alimentos vêm sendo implementadas, com exemplos práticos como a reciclagem de plástico e alumínio pelo BPI e o controle de sobras orgânicas. Outro resíduo característico da atividade bancária são as cédulas de dinheiro inservíveis, retiradas de circulação por estarem danificadas ou desgastadas.

14.2. Para tratamento dos possíveis impactos relacionados acima, foram estabelecidos os requisitos de sustentabilidade a serem atendidos pelos prestadores de serviços contratados.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A solução proposta é tecnicamente, operacionalmente, juridicamente e economicamente viável, atendendo às necessidades da Administração Pública Federal.

A centralização do credenciamento de instituições bancárias para a operacionalização do crédito dos valores líquidos referentes à folha salarial e demais indenizações devidas às pessoas servidoras ativas, inativas, pensionistas, estagiárias e anistiadas políticas civis dos órgãos e entidades vinculados ao Poder Executivo Federal, bem como a execução de pagamentos decorrentes de descontos salariais, realizados diretamente a terceiros — pessoas físicas, jurídicas ou mediante depósitos judiciais —, conforme o caso, com os pagamentos a serem efetuados em território nacional, por meio de crédito em conta bancária de titularidade da pessoa beneficiária, assegura eficiência operacional, padronização dos procedimentos e continuidade dos serviços, com ganhos de escala e uniformidade na execução.

A contratação está alinhada às competências regimentais da Diretoria de Soluções Digitais da Secretaria de Gestão de Pessoas, e encontra-se em conformidade com o arcabouço normativo vigente, sem prejuízo da posterior análise pela Consultoria Jurídica do MGI.

Adicionalmente, o modelo adotado promove nivelamento da qualidade dos serviços e vantajosidade econômica, decorrente da racionalização dos processos, do aumento do poder de negociação da Administração e da possibilidade de arrecadação de receitas por meio das contrapartidas financeiras das instituições contratadas.

Diante disso, conclui-se pela viabilidade da solução proposta, recomendando-se o prosseguimento da contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ABDIAS DA SILVA OLIVEIRA**

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 18:51:40.

**ANDRESSA CATTAFESTA DE OLIVEIRA**

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 17:26:03.

**ANNA CAROLINA NEVES MARTINS RODRIGUES LIMA**

Equipe de planejamento



*Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 10:02:23.*

**NATUCIA SANTOS DA SILVA**

Equipe de planejamento



*Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 17:22:35.*

**REINALDO DOS SANTOS MELLO**

Equipe de planejamento



*Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 08:44:02.*

**WADINGTHON VELOSO E SILVA**

Equipe de planejamento



*Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 10:04:25.*

**JANAINA FERREIRA BATISTA**

Equipe de planejamento



*Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 09:55:13.*